

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Diploma Ministerial n.º 180/2006

de 22 de Novembro

Tornando-se necessário melhorar os mecanismos institucionais e operativos que permitam dar uma resposta rápida às questões de prevenção e controlo de doenças animais, após aprovação da Adenda pela Autoridade Nacional da Função Pública, nos termos da alínea e) do artigo 10 do Decreto Presidencial n.º 2/2006, de 7 de Julho, o Ministro da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 24/2005, de 27 de Abril, determina:

Único. É publicada a Adenda ao Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura em anexo ao presente diploma.

Ministério da Agricultura, em  
de 2006. — O Ministro da Agricultura, *Tomás Frederico Mándlate*.

### Adenda

#### Ao Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura

Artigo 1. O artigo 2 e o n.º 1 do artigo 5 do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura (MINAG) passam a ter a seguinte

#### «Artigo 2 Estrutura

O MINAG tem a seguinte estrutura:

- a) Direcção Nacional dos Serviços Agrários;
- b) Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária;
- c) Direcção Nacional de Terras e Florestas;
- d) Direcção Nacional de Extensão Agrária;
- e) Inspeção Geral;
- f) Direcção de Economia;
- g) Direcção de Recursos Humanos;
- h) Direcção de Administração e Finanças;
- i) Centro de Documentação Agrária;
- j) Departamento de Cooperação Internacional;
- k) Gabinete do Ministro.

#### Artigo 5

##### Direcção Nacional dos Serviços Agrários

1. A Direcção Nacional dos Serviços Agrários é responsável pelas seguintes áreas de actividade:

- a) Produção agro-pecuária;
- b) Defesa sanitária vegetal;
- c) Aviso prévio;
- d) Sementes, mudas e material de multiplicação;
- e) Conservação e melhoramento genético e registo genealógico e de marcas;
- f) Irrigação;
- g) Coordenação da segurança alimentar.»

Art. 2. No estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura é introduzido o artigo 5/A, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 5/A

##### Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária

1. A Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária é responsável pela área de actividade da defesa sanitária animal.

2. A Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária tem como funções:

- a) Assegurar a elaboração, implementação, monitoria e avaliação de políticas, estratégias e legislação;
- b) Promover a recolha de informações e a realização de levantamentos, inventários e estudos e fornecer às instituições tuteladas e subordinadas, aos órgãos locais e aos organismos internacionais a informação técnica relevante;
- c) Implementar as medidas de sanidade e bem-estar animal e os processos de certificação veterinária, e fazer a sua monitoria e avaliação;
- d) Velar pelo cumprimento da legislação sobre sanidade animal e exercer as competências atribuídas como Autoridade Veterinária;
- e) Estabelecer mecanismos de fiscalização, vigilância, prevenção, controlo e erradicação de pragas, doenças e agentes de doenças, com impacto na economia e na saúde pública, e assegurar a colaboração com os organismos regionais e internacionais nesta matéria.»

Aprovado pela Autoridade Nacional da Função Pública em 30 de Agosto de 2006. — A Presidente, *Vitória Dias Diego*.

## MINISTÉRIOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DAS FINANÇAS

### Despacho

Por Decreto n.º 21/89, de 23 de Maio, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento de Alienação a título oneroso, de empresas, estabelecimentos, instalações, quotas e outras formas de participação financeira da propriedade do Estado.

Por despacho conjunto dos Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças, foi criada a Comissão Nacional de Avaliação e Alienação, no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Tendo sido extinto o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e tornando-se necessário redefinir a nova composição da Comissão Nacional de Avaliação e Alienação de Empresas, no Ministério da Indústria e Comércio, os Ministros da Indústria e Comércio e das Finanças, ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artigo 12 daquele Regulamento, determinam:

1. É criada, no Ministério da Indústria e Comércio, a Comissão Nacional de Avaliação e Alienação que terá a seguinte composição:

- a) Constâncio Cossa - Presidente;
- b) Francisco do Rosário Bizarro Ribeiro - Representante do Ministério das Finanças;
- c) Samuel Banze - Representante do Banco de Moçambique;
- d) Boaventura Mondlane - Representante da O. T.M. - Central Sindical.

2. As atribuições e o funcionamento da Comissão ora criada são as constantes das secções II e III do referido Regulamento.

3. É extinta, a partir desta data, a Comissão Nacional de Avaliação e Alienação criada pelo despacho de 14 de Julho de 1995, no extinto Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Maputo, 31 de Julho de 2006. — O Ministro da Indústria e Comércio, *António Fernando*. — O Ministro das Finanças, *Manuel Chang*.

## MINISTÉRIO DAS PESCAS

### Diploma Ministerial n.º 181/2006

de 22 de Novembro

Havendo necessidade de definir os princípios e critérios para a atribuição de bolsas de estudo aos funcionários do Ministério das Pescas com vista à elevação do seu nível de conhecimentos técnicos e científicos, ao abrigo do disposto no artigo 19 do Diploma Ministerial n.º 55/2000, de 7 de Junho, determino:

Único. É aprovado o Regulamento de Bolsas de Estudo o qual consta do anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Ministério das Pescas, em Maputo, 31 de Agosto de 2006.  
— O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutémba*.

## Regulamento das Bolsas de Estudo

### CAPÍTULO I

#### Definição, objecto e âmbito de aplicação e áreas de formação

##### ARTIGO 1

##### (Definição de bolsa)

Bolsa de estudo, para efeitos deste regulamento, é o total de meios financeiros, materiais e outros benefícios disponibilizados aos funcionários durante o período de formação.

##### ARTIGO 2

##### (Objecto e âmbito de aplicação)

O presente regulamento tem por objectivo o estabelecimento de princípios, critérios, competências e demais procedimentos para a atribuição de bolsas de estudo aos funcionários do Ministério das Pescas.

##### ARTIGO 3

##### (Área de formação)

1. As áreas de formação a serem consideradas na avaliação dos pedidos de bolsas são aquelas que constam do plano de formação.

2. As candidaturas deverão ser acompanhadas por uma fundamentação a ser elaborada pela entidade proponente.

### CAPÍTULO II

#### CrITÉrios de atribuição de bolsas de estudo

##### ARTIGO 4

##### (CrITÉrios gerais)

1. Poderão candidatar-se às bolsas de estudo os funcionários do Ministério das Pescas que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) Ser funcionário de nomeação definitiva;
- b) Possuir habilitações literárias que permitam candidatar-se para a bolsa existente;
- c) A acção formativa deve estar directamente relacionada com as necessidades da instituição e com as competências necessárias para as funções a desempenhar;
- d) Possuir uma classificação de serviço dos últimos dois anos igual ou superior a Bom.

##### ARTIGO 5

##### (CrITÉrio específico)

Podem candidatar-se às bolsas de estudo os funcionários do Ministério das Pescas de nomeação definitiva que possuam um mínimo de cinco anos de serviço efectivo na função pública.

### CAPÍTULO III

#### Candidaturas

##### ARTIGO 6

##### (Submissão de candidaturas)

1. As candidaturas para uma determinada bolsa de estudo deverão ser submetidas pela instituição proponente à Direcção de Recursos Humanos, acompanhadas dos *curriculum vitae* dos candidatos.

2. As candidaturas dos que ocupam cargos de direcção, chefia e confiança na dependência directa do Ministro, serão apreciadas e decididas pelo Ministro, sem demais formalidades.

### CAPÍTULO IV

#### Direitos e deveres

##### ARTIGO 7

##### (Deveres dos bolseiros)

Constituem deveres dos bolseiros:

- a) Dedicar-se ao estudo, com vista à obtenção de um bom aproveitamento no curso;
- b) Não mudar de curso sem autorização da entidade competente;
- c) Manter um comportamento moral e cívico compatível com a qualidade de funcionário do Estado;
- d) Retomar integralmente as funções no Ministério das Pescas, após a conclusão do curso;
- e) Prestar serviço ao Ministério durante o período de férias escolares;
- f) Prestar serviço ao Ministério das Pescas por um período de tempo mínimo igual ao da duração da formação concluída.

##### ARTIGO 8

##### (Direitos dos bolseiros)

Constituem direitos dos bolseiros:

- a) A dispensa total ou parcial do serviço;
- b) Gozo de direitos e regalias do funcionário, enquanto bolseiro.